

ATA, 56.ª REUNIÃO,
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO
REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2023

Aos trinta dias do mês de outubro de dois mil e vinte e três, reuniu, pelas vinte e uma horas, na Sala das Sessões do edifício dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal, tendo a Sessão sido simultaneamente transmitida via *streaming* no sítio institucional do Município.

Membros Eleitos da Assembleia Municipal presentes na Sessão: Beatriz Vilarinho Pires Moutinho Cardoso, em substituição de Miguel Espregueira Mendes Pereira Leite; Paulo Manuel Ferreira da Silva, em substituição de José Agostinho de Sousa Pinto; Sebastião José Cabral Feyo de Azevedo; Miguel Botelho Gomes Barbosa; Maria Adelina Acciaiuli Faria Barbosa Ducharne; Fernanda Perpétua Rodrigues; Miguel Almeida Côrte-Real Gomes; António Cândido Bonifácio Gouveia Nogueira Regueiro, em substituição de Mário Filipe Amorim Faria de Oliveira Lopes; Rui Pedro de Araújo Sá; Susana Salbany Constante Pereira; Maria Isabel Helbling Menéres Campos; Marco Regis Lacomblez Leitão; Sílvia Lopes Soares; Raúl Mário Carvalho Camelo Almeida; Luís Artur Ribeiro Pereira; Ricardo Jorge Ferraz da Silva Brandão Meireles, em substituição de Rui Carlos Morais Lage; Fernando Pedro Mouta Monteiro; Maria Isabel do Amaral Antunes Vaz Ponce de Leão; Francisco Crisóstomo Calheiros, em substituição de Joana Isabel Teixeira Afonso Rodrigues; José António de Abreu Gonçalves Seródio; Maria da Graça Sousa Raimundo de Azevedo Laranjeira Vaz; Rui Manuel Lourido Nóvoa; Manuel Cardoso Monteiro; Paulo Nuno de Carneiro Vieira de Castro; Carlos Sérgio Cabeçais Teixeira, em substituição de Pedro Schuller de Almeida e Graça Barbosa; José Jerónimo Macedo de Matos Fernandes, em substituição de Rui Pedro da Silva Afonso; Cândida Paula Oliveira Freitas da Silva Roseira; Mário José Machado Faria e Almeida Praça, em

substituição de Sofia da Costa Pimenta de Sá Azeredo; Patrícia Filipa Moreira Teixeira; Tiago José Pires de Oliveira Martins, em substituição de João Paulo Marques de Carvalho; José Manuel Pinto Varela; Rita Sofia dos Santos Freitas, em substituição de Alfredo dos Santos Fontinha; Nuno Miguel Borges Alves Pereira; José Maria Gagliardini Graça da Silveira Montenegro; Elisabete Susana Vieira de Carvalho; Carla Maria Pereira Afonso Leitão; Helena Isabel da Silva Maia; Rodrigo Teodoro Passos; João Nuno Alves Ambrósio Aguiar Monteiro, em substituição de Maria de Fátima Leite Ferreira da Silva.

Presidentes das Juntas de Freguesia presentes na Sessão: Junta de Freguesia do Bonfim, João Ricardo da Silva Lima Tavares de Aguiar; Junta de Freguesia de Campanhã, Paulo Jorge Pinto Ribeiro; Junta de Freguesia de Paranhos, Luís Miguel Seabra de Freitas; Junta de Freguesia de Ramalde, Patrícia Alexandra Rapazote Trindade e Dinis de Carvalho Escobar; União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Tiago Pedro de Sousa Mayan Gonçalves; União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, Nuno Filipe Teixeira da Cruz; União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, Carla Sofia da Silva Soares Maia.

Membros da Eleitos da Câmara Municipal presentes na Sessão: Rui de Carvalho de Araújo Moreira; Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo; Ana Catarina da Rocha Araújo; Ricardo Miguel Araújo Cardoso Valente; Albino Pedro Pereira Baganha; Fernando Paulo Ribeiro de Sousa; Catarina Maria da Costa Santos Cunha Pereira de Abreu; Fernando Jorge Garcia Pereira, em substituição de Maria do Rosário Gambôa Lopes de Carvalho; Alberto Amaro Guedes Machado; Maria Manuel de Almeida Rola, em substituição de Sérgio Augusto Leite Aires.

Membros da Eleitos da Câmara Municipal ausentes na Sessão: Carolina Macedo dos Santos, em substituição de Tiago Barbosa Ribeiro; Vladimiro Mota Cardoso Feliz; Maria Ilda da Costa Figueiredo.

Às 21 horas, foi feita a chamada e verificou-se estarem **presentes 41 Membros da Assembleia Municipal.**

Verificando-se a existência de quórum, o Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo de Azevedo, declarou aberta a Sessão.

- PERÍODO PRELIMINAR À ENTRADA DA ORDEM DO DIA -

n.º 5, art.º 38.º do Regimento

1. Aprovação da Ata da 55.ª reunião, Sessão Extraordinária realizada no dia 16 de outubro de 2023.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade dos Membros participantes na Sessão de 16 de outubro de 2023. Não participaram na votação os Membros que não estiveram presentes na 55.ª reunião.

2. Informações gerais e expediente:

- Recomendação “Pelo reforço da verba destinada às Juntas de Freguesias no Orçamento Municipal para 2024”, apresentada pelo Bloco de Esquerda e aprovada em Assembleia de Freguesia Ordinária da União das Freguesias de Cedofeita, St Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória realizada a 29/09/2023. (NUD/642755/2023/CMP)
- Informação enviada pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Rui Moreira, relativa à intervenção do cidadão Bernardo Alves em Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 18 de setembro de 2023. (NUD/661097/2023/CMP)
- Minutas das Atas e Editais das reuniões da Câmara Municipal realizadas nos dias 09 e 23 de outubro de 2023.

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -

art.º 40.º do Regimento

(Convocatória expedida em 23 de outubro de 2023

Ordem de Trabalhos expedida em 25 de outubro de 2023)

1. Deliberação sobre Renovação dos contratos de cedência com termo no 4.º trimestre de 2023 - Freguesias.

NUD/613477/2023/CMP

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal BE, informou que iriam votar favoravelmente a proposta, explicando que, no entendimento do Bloco de Esquerda, era uma forma de reforçar os apoios das Juntas de Freguesia.

Solicitou esclarecimentos relativamente à finalidade de utilização do equipamento, tendo em conta que na proposta mencionava fins sociais e no contrato um *atelier* de cerâmica artística.

Sublinhou a necessidade de um mapeamento de equipamentos cedidos, respetivos destinatários e finalidades de utilização que fosse levado a conhecimento da Assembleia Municipal, permitindo que tivessem uma noção geral da distribuição pelo território. Reiterou que esse seria um útil, importante e com potencial para dinamização dos espaços, como, por exemplo, através da abertura dos equipamentos a visitas.

Entraram na Sala Sílvia Soares e Nuno Borges, Membros do Grupo Municipal PSD.

O Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, solicitou ao Presidente da União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória o esclarecimento relativo à finalidade do equipamento.

Reiterou a importância de um mapeamento e disse que pediria aos serviços a organização de uma listagem das cedências, não só no âmbito das Juntas de Freguesias, mas também das restantes. Disse que havia vários edifícios municipais cedidos a

associações e que seria construtivo a Assembleia Municipal ter esse conhecimento e perceção quanto à sua relevância. Acrescentou que há uma grande vontade em ceder equipamentos, mas que o posterior escrutínio também era importante.

Entrou na Sala Patrícia Rapazote, Presidente da Junta de Freguesia de Ramalde.

Nuno Cruz, Presidente da União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, esclareceu que o equipamento estaria ocupado por um ceramista que dinamizava o espaço com *workshops* com o público, designadamente com a população sénior e as crianças que frequentavam os ATL – Atividades de Tempos Livres da União de Freguesias.

Considerou que estas atividades seriam uma resposta social, apelando a que a Assembleia Municipal deliberasse a favor da proposta.

José Manuel Varela, Membro do Grupo Municipal CDU, informou que o grupo municipal CDU iria votar a favor da proposta.

Referiu que, no entendimento do seu grupo, o património deveria estar afeto a fins de interesse público, assumindo um modelo de utilização destes espaços.

Alertou para a cláusula sétima em que se refere a necessidade de apresentação de um relatório ou declaração a informar sobre as atividades desenvolvidas, dando nota de que essa informação não tem sido do conhecimento da Assembleia Municipal. Solicitou que, em casos futuros, essa informação fosse divulgada.

Jerónimo Fernandes, Membro do Grupo Municipal CH, contextualizou a proposta, referindo ser uma ocupação de caráter cultural, pelo que, cumpridos os requisitos e o propósito do contrato, iria votar a favor.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade.

2. **Deliberação sobre Alteração das Condições Gerais do Programa Municipal "Porto com Sentido".**

NUD/613746/2023/CMP

Paulo Vieira de Castro, Líder do Grupo Municipal PAN, fez um enquadramento cronológico, dando nota das mudanças que a cidade atravessou no âmbito da habitação. Referiu que o Programa se trata de um salutar apoio a famílias da classe média, com respetivos ajustes, para uma melhor adaptação à realidade atual.

Disse que, em anos anteriores, para além da população carenciada, também a classe média era caracterizada como detentora das piores condições de habitação na Europa. Após a pandemia, a classe média enfrentou novos desafios, enquanto cresciam os problemas financeiros. Notou que os programas para habitação de renda acessível não colmatavam o problema.

Questionou sobre o ponto de situação do prometido complexo habitacional em terrenos da Autarquia, em Lordelo do Ouro, cujo início de obras seria em 2021.

Entrou na Sala Marco Leitão, Membro do Grupo Municipal PS.

Elisabete Carvalho, Membro do Grupo Municipal BE, fez um enquadramento histórico e conjuntural, relevando a crise habitacional no país que levou a que mais de 200 famílias, por falta de respostas do Governo, tivessem visto no Programa Municipal uma forma de se manterem na cidade, ainda que a prazo.

Disse que, tendo em conta a ambição inicial do programa, considerava o número de habitações diminuto e que havia uma fatia considerável de imóveis da Autarquia – não angariados junto dos privados, como era o objetivo inicial.

Referiu que, no programa, ainda que com contratos diretos com a Autarquia e todas as garantias de segurança, os proprietários preferiam manter-se no mercado especulativo a preços incontroláveis.

Referiu que, no entendimento do Bloco de Esquerda, os programas que subsidiavam indiretamente senhorios não seriam a solução.

Afirmou que faltava uma fundamental política pública de habitação, com uma forte componente de habitação pública a preços acessíveis à população e que soluções como o Monte Pedral e Monte da Bela seriam exemplos disso, podendo ajudar a regular o mercado.

Informou que, à semelhança da votação em reunião de Executivo Municipal, iriam votar contra a proposta.

Entrou na Sala Miguel Barbosa, Membro do Grupo Municipal RM.

O Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, respondeu dizendo que, através do Programa, entregaram 219 casas e disse que, com a alteração em causa, iriam entregar mais vinte e, com Programa Primeiro Direito, seriam mais nove.

Acrescentou que se tem verificado no país cada vez menos casas para arrendamento porque não existir interesse por parte dos senhorios. Referiu que 20% dos portugueses viviam em situação de pobreza e que apenas 2% da habitação é habitação social.

Concluiu que, face aos números, existe uma carência habitacional inata ao modelo económico português e que o Estado garantia apenas habitação social a 10%.

Defendeu que, se não contassem com os privados, teriam de construir habitação pública, o que seria complicado devido ao moroso processo, a par de uma legislação que induz complexidade nas obras públicas.

Complementou, dizendo, que o que as Autarquias poderiam fazer para resolver os problemas seria recorrer aos privados, sob pena de se manter o problema social.

Quanto à questão da habitação permanente ou temporária, disse considerar que o importante era ter um modelo de flexibilidade devido a eventuais mudanças na vida das pessoas e sublinhou a importância de resolver o problema no momento porque não havia disponibilização de casas por parte do Estado.



Informou que iriam lançar, até ao final do ano, os concursos para o Monte Pedral e Monte da Bela e que o projeto de Lordelo estaria em revisão – esperavam lançar o concurso no final do ano ou no início de 2024.

Disse que se poderia ter feito reabilitação, através do PRR, e que não foi feita porque para candidatar equipamentos de bairros teriam de construir sistemas AVAC - Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado, devido ao facto dos níveis de eficiência energética dos bairros serem já relativamente elevados, o que considerava não ser a solução.

Sílvia Soares, Membro do Grupo Municipal PSD, lembrou o entendimento do PSD no que diz respeito ao apoio às famílias, no âmbito da habitação, o que implicava diversificar as respostas.

Considerou a proposta em apreciação uma medida essencial de disponibilização de habitação aos portuenses. Disse que, não sendo a resolução do problema, o programa promovia o acesso das famílias da classe média ao arrendamento habitacional a preços inferiores aos do mercado. Disse que o programa também procurava captar imóveis privados para o mercado de arrendamento acessível potenciando o seu crescimento. Informou que o PSD iria acompanhar a proposta por considerar as alterações necessárias e enquadradas com a atual conjuntura.

Partilhou dados do INE – Instituto Nacional de Estatística, dando nota do consecutivo aumento do preço das casas e rendas e denotando a necessidade de atualização de verbas no documento em apreciação, para além da criação de outros incentivos. Sublinhou que a gestão dos processos numa única entidade os torna mais céleres.

Jerónimo Fernandes, Membro do Grupo Municipal CH, mencionou a grave crise social no país, afirmando que piorou nos últimos anos e atribuindo-a ao governo do PS – Partido Socialista.

Disse que o modelo de desenvolvimento económico resultava de políticas do PS, lamentando a subsidi dependência, ao invés da promoção da autonomia e capacidade de intervir no mercado de arrendamento ou de habitação própria.

No que diz respeito à habitação social, referiu que o Município do Porto tem tido uma intervenção subsidiária e complementar às incapacidades do governo central.

Acrescentou que a medida em apreciação seria uma oportunidade para corrigir assimetrias sociais, económicas e cívicas e informou que iria votar a favor da proposta.

Fernanda Rodrigues, Membro do Grupo Municipal PS, referiu que, no entendimento do PS, a proposta inscrevia-se num conjunto amplo de medidas de políticas públicas que têm sido criadas para o combate ao problema da habitação que se vê como estrutural. Disse que era um problema que se tem agudizado e atingia grupos populacionais e territórios cada vez mais diversificados.

Acrescentou que as autarquias têm sido agentes fundamentais, acionando medidas e meios para disponibilizar e priorizar o direito à habitação.

Quanto à medida em apreciação, disse que cumpria a função de alargar as iniciativas no domínio da habitação, promovendo o apoio ao arrendamento habitacional na cidade.

Dado o *deficit* nesta área, classificou como importante o pluralismo destas iniciativas, em concordância com a diversidade de situações.

Enumerou as alterações da proposta e questionou sobre a dimensão da medida e a sua distribuição na cidade. Concluindo, informando que o PS iria votar a favor da proposta.

O Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, respondeu repetindo os números em relação à entrega de casas e acrescentou que 146 casas não seriam do Município. Disse que previam alargar para mais 20 casas, além das previstas no Programa Primeiro Direito. Em relação à distribuição, respondeu que não havia limitação e abrangia toda a cidade.



Fernanda Rodrigues, Membro do Grupo Municipal PS, esclareceu que a questão seria se, aplicada a medida, haveria a perceção de ser mais relevante em algumas zonas da cidade.

O Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, respondeu que seria por toda a cidade e que a morfologia das casas, pela sua história, seria mais pequena em algumas zonas, como, por exemplo, no centro histórico.

Deixou a questão sobre o número de casas entregues pelo IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, e sobre as respetivas candidaturas e lista de espera.

Francisco Calheiros, Membro do Grupo Municipal CDU, fez um enquadramento geral a proposta, dando nota de que as alterações em causa faziam, mas considerando que a proposta ficava aquém dos valores limites da renda definidos pelo Governo.

Criticou o programa por acompanhar os valores especulativos do mercado o que, por consequência, não tornaria os valores das rendas mais acessíveis. Manifestou a sua preocupação, no sentido de não ser uma resolução para o problema.

Considerou o programa residual, face à resolução do problema da habitação e que deveriam ser exigidas medidas mais fortes por parte do Estado Central que, no caso do Porto, não tem dado resposta.

Informou que iriam votar contra o Programa por alimentar o mercado especulativo, numa altura em que houve uma subida dos preços médios da venda e renda, com impactos junto da população.

O Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, respondeu que, em Portugal, a esmagadora maioria das propriedades era privada e que havia famílias a viver da capacidade de os imóveis gerarem receita. Acrescentou que os pequenos aforradores iriam tentar tirar o maior sustento possível do seu imóvel.

Notou que, desde o início do século, se constrói cinco vezes menos habitação em Portugal, tanto no público como privado, e, logicamente, os preços aumentam.

Concluiu que não se pode diabolizar os privados porque o setor público não tem como construir a habitação que as pessoas necessitavam, por falta de meios.

Sugeriu propor a diminuição da fiscalidade na construção da habitação, referindo que mais de 50% do que se paga seriam impostos.

Maria Barbosa Ducharne, Membro do Grupo Municipal RM, considerou a alteração proposta do Programa inovadora. Explicou que foram entregues, desde a sua fundação em 2020, 219 casas, ou seja, mais de duzentas famílias teriam passado a ter a possibilidade de viver no Porto com uma renda acessível.

Salientou a importância do facto de 18% dos contratos de renda acessível no país estarem localizados no Porto e a monitorização do Programa que levou às alterações em apreciação.

Disse que era um Programa em desenvolvimento e em crescimento, tendo em vista uma melhor resposta às necessidades, quer dos proprietários, quer dos inquilinos, e de forma a continuar a cativar a captação de mais ativos.

Referiu que o Programa permitia dar resposta a uma franja da população que, de outra forma, não teria possibilidade de viver na cidade e que, para outras necessidades, existiam outras políticas de ação social, sendo que o Município já teria ultrapassado as metas estipuladas pelo Governo para o futuro.

Francisco Calheiros, Membro do Grupo Municipal CDU, explicou que o que apontou como ideológico não teria sido a análise da realidade, mas o que se fazia com essa informação.

Disse que a desregulação do mercado teve consequências nos últimos anos sobre o preço da habitação e que fez com que as cidades tenham sofrido.

Acrescentou que o número de fogos que existia na cidade se manteve nos últimos dez anos. Reiterou que estaria a construir-se ou iria construir-se mais, mas era algo que estaria aquém das necessidades.



O Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, concordou com o mencionado por Francisco Calheiros e sublinhou que, por não terem sido capazes de construir habitação em Portugal pública e privada, teriam de conviver com o problema. Concluiu, dizendo que não concordava com a tentativa de diabolizar os privados que detêm 98% da habitação.

Miguel Côrte-Real, Líder do Grupo Municipal PSD, disse que o que estaria em discussão seria o Programa Municipal “Porto Com Sentido”, cujo objetivo seria a atribuição de casas, a preço acessível, a famílias da cidade.

Ressaltou a utilidade do Programa para a cidade e para os portuenses, referindo que os grupos municipais não deveriam colocar a sua visão ideológica à frente do interesse dos portuenses.

Acrescentou que a CDU trazia à Assembleia Municipal uma consideração de que existem vários tipos de portuenses, com proporções diferentes de direitos, quando todos os portuenses deveriam ser defendidos – os portuenses sem casa e com casa porque os eleitos seriam representantes de todos os portuenses.

Raúl Almeida, Líder do Grupo Municipal RM, em nome do Grupo Municipal, referiu que a participação do Presidente da Câmara Municipal enriquecia o debate.

Disse ter verificado que havia uma tolerância no tempo e sublinhou a existência de constrangimento de tempo em relação à intervenção do Presidente da Câmara Municipal, o que empobrecia o debate. Disse que a participação do Presidente da Câmara diferenciava a Assembleia Municipal de tantas outras, onde os Presidentes de Câmara não comparecem às Sessões ou se remetem ao silêncio.

O Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo de Azevedo, assumiu que a situação não era agradável e respondeu que era seu objetivo resolver este tipo de constrangimentos e que, oportunamente, a solução seria apresentada e colocada à consideração da Assembleia Municipal.

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, recordou que o regimento da Assembleia Municipal mereceu a concordância do grupo municipal RM no anterior mandato e que apenas o Bloco de Esquerda não teria votado a favor.

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 40 votos a favor (20 RM + 9 PS + 9 PSD + 1 PAN + 1 CH) e 6 votos contra (3 CDU + 3 BE).

3. Deliberação sobre o Auto de Transferência de Competências na Área da Saúde e sua Adenda.

NUD/655047/2023/CMP

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, considerou que as transferências seriam um alijar de responsabilidades da Administração Central e não possibilitavam um melhor serviço, tendo em conta que as verbas transferidas não correspondiam às necessidades. Referiu que transferência de 19 edifícios não contemplam cinco freguesias originárias – Massarelos, Sto. Ildefonso, Miragaia, Vitória e São Nicolau. Sublinhou que não se conhecia o estado em que os edifícios se encontravam.

Afirmou que, paralelamente, seriam transferidas 18 viaturas, cuja média de idade seria de quinze anos e 164 mil km, excluindo a mais antiga e recente. Referiu ainda não haver informação relativa aos 58 funcionários que também seriam transferidos.

Acrescentou, em relação à adenda, que não parecia haver melhorias significativas questionando sobre a sua finalidade.

Perante a situação, disse que não estariam de acordo com uma transferência nestas condições e também da subjugação do poder local democrático, por ter de responder à ARS – Administração Regional de Saúde.

✓
✗



O Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, em resposta, disse que, ao contrário das outras, a transferência em causa não foi obrigatória e permitiu uma negociação, referindo ainda que, de outra maneira, não teriam aceitado.

Em relação à adenda, disse que teria sido negociada a verba, no âmbito dos aumentos salariais e seguros. Relativamente aos edifícios disse que a reabilitação estaria prevista em sede de PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, sucedendo o mesmo com a construção de um equipamento em Azevedo.

Disse que houve uma situação que foi corrigida, por exigência do Município, que teria que ver com a interferência nos horários de funcionamento e explicou que, em caso de haver alargamento de horário, o Município pagaria aos assistentes operacionais e o Estado os restantes serviços.

Considerou que a população ficaria mais bem servida, tendo em conta o fator de proximidade e concluiu que, através a negociação, conseguiram um envelope financeiro que garante a neutralidade que era pretendida.

Paulo Vieira de Castro, Líder do Grupo Municipal PAN, notou que a saúde dos portuenses era muito importante devendo a defesa dos seus interesses ser feita pela Assembleia Municipal. Explicou que, por essa razão, iria votar a favor da proposta e dando seguimento, disse que, no início do próximo ano e pela primeira vez, havia uma transferência de competências que não era obrigatória e era suportada pelo respetivo envelope financeiro e em que o Porto poderia planear e gerir dezanove equipamentos. Disse que se tratou de uma negociação que permitiria a edificação de novos centros de saúde – Azevedo de Campanhã, Lordelo do Ouro, Garcia da Orta, Carvalhido-Prelada. Referiu que o PAN era favorável à descentralização de competências, desde que devidamente suportadas pelo governo central, como seria o exemplo deste caso, havendo capacidade de negociação, de flexibilização e capacidade de adaptação às necessidades locais valorizando a proximidade.

Rodrigo Passos, Membro do Grupo Municipal PSD, referiu que, no entendimento do PSD, a descentralização era um dos principais vetores que permitiam acelerar e melhorar o desenvolvimento do país.

No entanto, a descentralização que o PSD defendeu e aprovou era diferente da que o PS tentou executar – de tornar as Autarquias tarefeiras e de não acompanhar com o respetivo envelope financeiro.

Na ótica do PSD, descentralizar seria delegar, responsabilizar, transferir poder de decisão e de um modo financeiramente justo. Concluiu, dizendo que, ainda assim e apesar do processo moroso, teria havido uma negociação do processo para a melhor solução possível e, neste sentido, o PSD iria votar a favor da proposta.

Helena Maia, Membro do Grupo Municipal PS, considerou ser um tema de extrema importância para a saúde.

Referiu que a medida tem sido alvo de debates, reflexões e ações com o intuito de garantir uma assistência mais eficiente à população e de otimizar a gestão de recursos e de aproximar a gestão da saúde das realidades locais.

Destacou diferentes vantagens como a maior autonomia do Município na gestão de recursos e na definição de políticas de saúde salvaguardando os interesses da população ou a possibilidade de promover a inovação e a criatividade na gestão da saúde em prol de melhores práticas e melhoria da qualidade de serviços de saúde.

Sublinhou que a transferência de competências devia ser acompanhada de verbas adequadas às responsabilidades assumidas, considerando que era algo que estaria salvaguardado, e ressaltou as catorze intervenções (8 requalificações e 4 construções) que seriam asseguradas por verbas do PRR.

Acrescentou que foram acautelados mecanismos de coordenação e integração entre os níveis de gestão, com a constituição de uma Comissão de Acompanhamento e Monitorização.

Informou que o PS iria votar favoravelmente a proposta, por acreditar que seria uma estratégia que iria contribuir significativamente para a melhoria do sistema de saúde.



Jerónimo Fernandes, Membro do Grupo Municipal CH, contextualizou a proposta, referindo tratar-se de uma boa medida, tendo a conta a proximidade com os cidadãos, principalmente, na gestão de cuidados de saúde primários.

Referiu que se tem assistido, na saúde, a uma proliferação de entidades que vão sobrepondo a sua responsabilidade, quando antes havia apenas a Direção Geral de Saúde.

Deu nota que, num momento de conflitualidade, aumento da burocracia, de sobreposição de competências e de indefinição de responsabilidades financeiras era efetuada esta transferência, com a qual estaria de acordo, mas julgava que a burocracia em causa não seria útil para a clarificação da administração pública. Solicitou esclarecimentos sobre a questão.

O Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, em relação à questão abordada, disse que na questão das ULS – Unidade Local de Saúde, o Município do Porto não foi ouvido previamente e quando soube do sucedido escreveu uma carta ao Diretor da Direção Executiva do Sistema Nacional de Saúde (**Anexo I**), no dia 16 de junho de 2023, recebendo uma resposta por parte do Ministro da Saúde (**Anexo II**). Leu as cartas ao plenário e solicitou que fossem apensas à Ata.

Acrescentou que a discordância foi manifestada e que o modelo não seria vantajoso para o Porto.

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal BE, em relação ao ponto de discussão, lembrou que o processo de descentralização e de transferência de competências obrigatórios vinha com uma proposta de rejeição à Assembleia Municipal, o que não aconteceu com a proposta em apreciação quando nada tinha mudado e tinha dúvidas que fosse um modelo à medida da cidade do Porto.

Salientou que seria necessário as pessoas perceberem o que estaria a ser transferido, principalmente com a atual conjuntura do SNS – Serviço Nacional de Saúde que tem preocupado a população.

Em relação às ULS, disse que, em reunião do Executivo Municipal, tiveram oportunidade de chamar à atenção por não ter havido articulação, sendo uma questão central, como também para a Comissão prevista na adenda da proposta em apreciação que, além das entidades públicas, devia integrar associações de utentes, a academia, entre outros.

O Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, respondeu, em relação a alguns processos de transferência anteriores, que era imposto na Lei que se não fosse recusado pela Assembleia Municipal era acolhido, tal qual como estava – sendo apenas nessas circunstâncias que veio nesse formato.

Considerou que a transferência em apreciação foi, apesar de tudo, melhor pela possibilidade de negociação.

Esclareceu que foi listado na proposta o que era transferido para o Município. Disse que, ao nível dos centros de saúde, em termos de pessoal, dependeriam diretamente da Autarquia os assistentes operacionais, dando nota que os profissionais de saúde não estariam incluídos.

Concluiu que seria vantajoso nesta transferência de competências a eficiência dos edifícios com menos custos para o Município, a construção do centro de saúde em Azevedo de Campanhã, e a questão relacionada com os horários.

Acrescentou que não foi a transferência que idealizava, mas teria sido a possível, dando nota que a única e efetiva descentralização que houve foi nos transportes públicos, por terem a capacidade de gerir a oferta.

Raúl Almeida, Líder do Grupo Municipal RM, lembrou posições anteriores neste âmbito, notando que as decisões do Município do Porto levaram a que conseguisse margem negocial nos processos de cariz nacional, como era verificado na transferência de competências em apreciação.

Sublinhou que era um resultado sustentável e racional, tendo sido eliminados riscos de aumento e sobreposição de tarefas administrativas e de meios e assegurando-se que o Município mantinha as suas funções, bem como a possibilidade de regulação dos



horários de funcionamento, para além de um acompanhamento permanente e da garantia do envelope financeiro.

Salientou que era necessário que os portuenses soubessem das competências do Município e do Estado no processo, cabendo ao governo assegurar as condições dos profissionais de saúde para o seu bom funcionamento.

Concluiu, dizendo que, da negociação em análise, nasceu uma base de trabalho para o futuro que beneficia os portuenses e dá a garantia de ter a Autarquia a prestar um bom serviço. Disse que, por estas razões, iriam acompanhar a proposta na votação.

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, disse que o Partido Comunista defendia o poder das autarquias locais.

Referiu que não teria dúvidas de que os edifícios seriam mais bem tratados pela Autarquia, mas que esperava mais da negociação.

Acrescentou que o Município participava, não definia os horários de funcionamento e considerou o valor baixo para a manutenção dos edifícios, sublinhando ainda que iriam ter de substituir viaturas – valor que não estaria contemplado.

O Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, respondeu que, além das viaturas especificadas na proposta, estaria prevista a entrega de 22 novas viaturas elétricas que substituiriam as antigas e que não estavam contempladas nos mapas por serem verbas candidatas no âmbito do PRR.

Miguel Côrte-Real, Líder do Grupo Municipal PSD, disse que a posição do PSD já teria sido defendida por Rodrigo Passos e que Helena Maia já teria explicado o processo e o seu significado para a cidade do Porto.

Referiu que era importante sublinhar que o PSD esteve na génese da questão da descentralização e que, por princípio, era a favor da transferência de competências para as Autarquias com o intuito de construir um modelo de políticas de proximidade. Sublinhou que seriam contra a manobra orçamental de redução de despesa por parte

do Governo fazendo com que as Autarquias ficassem mais oneradas e deu exemplos a este respeito.

Salientou a necessidade de serem zelosos nestes processos, sob pena de a descentralização significar um acréscimo de custos para os portuenses.

Deliberação: Aprovado, por maioria, com 40 votos a favor (20 RM + 9 PS + 9 PSD + 1 PAN + 1 CH) e 6 votos contra (3 CDU + 3 BE).

4. Deliberação sobre Alteração aos estatutos da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A.

NUD/611686/2023/CMP

Paulo Vieira de Castro, Líder do Grupo Municipal PAN, deu nota dos atrasos dos autocarros da STCP – Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, por falta de fiscalização dos espaços de uso e disse que, nesse sentido, concordava com a agilização de medidas necessárias para um maior respeito pelos transportes públicos e respetivas vias para seu uso.

Considerou positivo o reforço de competências da STCP e lembrou que a proposta teria de ser levada aos restantes municípios integrantes, mas acreditava num consenso.

Questionou sobre quando seria possível ver os novos autocarros – cuja entrega seria para o mês de outubro – a circular na cidade, para colmatar a falta de veículos. Informou que iria votar favoravelmente a proposta.

Nuno Borges, Membro do Grupo Municipal PSD, fez um enquadramento da mobilidade, em contexto urbano, dando nota de que a visão devia ser integrada.

Considerou a mobilidade importante para a qualidade de vida, tanto a nível pessoal, como de sustentabilidade ambiental e, tendo em conta os desafios constantes e o aumento da pressão dos diferentes transportes sobre as cidades.



Afirmou que a aposta nos transportes públicos era essencial, quer para o conforto, quer para a redução do tempo de viagem.

Quanto à proposta em apreciação, disse que a assunção da competência de fiscalização de estacionamento iria permitir libertar o polícia municipal para tarefas mais essenciais, aumentar a velocidade nos corredores BUS, redução da emissão de gases poluentes e do ruído, oferecer uma maior qualidade de serviço ao cliente e a redução de custos para a empresa.

Considerou que a atividade devia ser exercida de forma a evitar conflitualidade entre a empresa e pessoas e com o objetivo de reduzir as interrupções que provocam os atrasos das viagens.

Informou que o PSD era favorável à alteração dos estatutos alertando, no entanto, para o problema da VCI – Via de Cintura Interna, como ponto central para a mitigação dos problemas de trânsito e para o cumprimento do Pacto do Porto para o Clima, devendo ser acompanhada de mais e melhor transporte público.

Deu nota dos problemas causados pela frente de obra do metro e pela falta de composições e de qualidade nos comboios.

Sublinhou que o tema da mobilidade vem-se arrastando, sem uma potencial solução ou mitigação do problema, dando nota da inação e desinteresse do Governo que põe em causa a eficácia das políticas municipais.

O Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, em relação à questão colocada por Paulo Vieira de Castro, respondeu que os autocarros estariam a chegar.

Em relação à proposta, explicou que seria uma fiscalização para combater o estacionamento indevido nas vias reservadas ao transporte público, em paragens e em locais com maior dificuldade de circulação.

Considerou relevante o que Nuno Borges havia referido na sua intervenção, dando nota da sua preocupação. Disse que, na sua visão, o tráfego de mercadorias, que não entrava ou saía do Porto, não devia passar pela VCI, sendo que a única solução possível passaria por não serem taxados na A41.

Recordou o estudo em que o Município colaborou com outras entidades, em 2021, dando nota de que as portagens nas vias exteriores induziam para a VCI tráfego que não necessitava de a utilizar.

Em relação às obras da Metro, disse que as suas preocupações se têm vindo a agravar, com o incumprimento sucessivo dos prazos, dando exemplos a este respeito.

Deu nota de que era pretendido iniciar a Linha Rubi e que, nos seus contactos, informou que, no que dependesse do Presidente da Câmara, não seria autorizada mais nenhuma frente de obra que provocasse constrangimentos ao trânsito, afirmando que a cidade não teria a capacidade para aguentar mais, pois já estaria numa situação caótica.

O Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo de Azevedo, concordou e confirmou que verificava essa situação diariamente e era, de facto, dramática, sendo a derrapagem inadmissível.

Rui Nóvoa, Membro do Grupo Municipal BE, disse que o Bloco de Esquerda mantinha a sua discordância dos estatutos, por serem uma cópia da estrutura orgânica de uma empresa privada.

Referiu que não estaria previsto a participação de representantes dos trabalhadores nos órgãos sociais da empresa, assim como também não estaria a intervenção de natureza consultiva dos utentes do transporte. Disse considerar que esta não era uma questão secundária, pois estaria previsto na Constituição da República, julgando ser escandaloso que outros grupos municipais não acompanhassem o Bloco de Esquerda nesta exigência.

Acrescentou que era possível ir mais longe nos estatutos e disse que, embora concordem com a medida em específico, não iriam votar a favor, por desrespeitar a Constituição e a Democracia instaurada no 25 de abril de 1974.

Paula Roseira, Membro do Grupo Municipal PS, referiu que a alteração em causa pretendia regular na ação da fiscalidade e autoridade, com o objetivo de os transportes

da STCP serem mais eficientes e prestarem um melhor serviço aos utilizadores. Informou que o PS iria votar a favor da alteração dos estatutos.

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, disse que poderiam estar de acordo numa posição de força em relação aos desmandos da Metro do Porto, mas que o Presidente da Câmara esteve ao lado do Ministro Matos Fernandes, aquando da apresentação da ponte sobre o rio Douro, e que teria dito numa carta dirigida à Metro que não autorizaria as obras do metrobus, sem resolverem os atrasos da linha rosa, dizendo o mesmo agora para a linha Rubi.

Acrescentou que teria de haver coerência e deixar as questões que não são ideológicas, dando exemplos, e referindo ser importante tentar defender os interesses da cidade. Em relação à proposta em apreciação, questionou sobre a monitorização das localizações das interrupções para diferenciar os problemas estruturais dos pontuais e levantou a questão sobre a credenciação dos agentes de fiscalização. Em relação aos estatutos, disse que não era especificada a duração de mandato.

O Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, respondeu que a duração de mandato seria coincidente com o mandato autárquico.

Em relação às medidas para impedir o estacionamento abusivo, disse que não considerava que havia falta de medidas.

Não considerou justa a referência sobre a coerência, notando que a razão para não concordar mais com obras da Metro teria que ver com os atuais constrangimentos e incertezas que a cidade não suportava mais.

Em relação ao metrobus e, na sequência de estudos de procura realizados pelo Professor Paulo Pinho, disse que justificava a existência de uma linha e acrescentou que, quando completada a rua Diogo Botelho, poderia ser altamente conveniente ter um metrobus também na praça da Galiza em direção ao Campo Alegre, bem como também utilizar a futura via Nun'Alvares que já será construída preparada para metrobus.

Miguel Côrte-Real, Líder do Grupo Municipal PSD, referiu que a construção da Metro do Porto na Marechal estaria a gerar muitos constrangimentos aos portuenses e um problema de trânsito que se iria alastrando pelo resto da cidade. Deu nota do mau planeamento que estaria a causar um grande impacto no dia-a-dia das pessoas. Informou que estariam alinhados com a opção de não haver mais obras enquanto a Metro do Porto não tivesse capacidade de fazer promessas que pudesse cumprir.

Jerónimo Fernandes, Membro do Grupo Municipal CH, fez um contexto da alteração estatutária em causa e informou que estaria de acordo.

Salientou o caos do trânsito da cidade, fruto das diversas frentes de obra – manifestando o seu apoio em relação à posição do Executivo no que respeita ao trânsito na VCI de veículos de mercadorias. Apelou ao Ministério das Infraestruturas para resolver esta questão, através dos itinerários complementares, de modo a permitir a fluidez do trânsito.

José Maria Montenegro, Membro do Grupo Municipal RM, em relação à proposta, notou que seria um outro mecanismo de resolução que oferecia mais prontidão.

Apelou a que se juntassem as vozes das diferentes forças políticas, pois as soluções para a resolução de alguns dos problemas já estariam identificadas.

Recordou que na reunião entre a Assembleia Municipal e a Metro do Porto havia questionado a Metro se priorizavam as obras. Disse que a Metro do Porto, na altura, tinha sido respondido que sim, algo que não era agora visto no terreno. Sublinhou que teriam de ser exigentes para com os calendários que foram apresentados.

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 40 votos a favor (20 RM + 9 PS + 9 PSD + 1 PAN + 1 CH), 3 votos contra (CDU) e 3 abstenções (BE).



- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS CIDADÃOS -

art.º 41.º do Regimento

A cidadã Catarina Vasconcelos Cachapuz começou por indicar que intervinha em representação de um grupo de cidadãos que vive no Porto e que gosta de participar nas discussões da cidade e que enviou, em maio de 2023, uma petição à Assembleia Municipal que continha uma recomendação à Câmara Municipal do Porto para que desenvolvesse os esforços necessários para a construção de um parque desportivo no antigo campo do Lima, na zona do Lima 5. Disse que a intervenção pretendia reforçar a petição anteriormente apresentada, considerando que a mesma ainda não teve resposta formal.

Disse, depois, que a petição foi redigida no contexto dos desenvolvimentos a que têm assistido na melhoria dos espaços verdes, pavilhões e campos desportivos da cidade. Referiu que desconhecem que é o proprietário dos terrenos do campo do Lima e que o PDM – Plano Diretor Municipal prevê para aquele terreno uma zona de atravessamento com um novo arruamento. Considerou que a sua petição está relacionada com a memória do desporto na cidade, tendo em conta que o campo do Lima foi o primeiro campo relvado de futebol da cidade e foi também o local de inúmeras competições de ciclismo e automobilismo, fazendo parte da memória do Porto. Defendeu que a proposta feita aproxima a cidade do cumprimento da meta de ter um espaço verde a 15 minutos de distância de cada cidadão, num contexto em que os espaços desportivos e de bem-estar existem, mas não abundam. Sublinhou que a proposta que fizeram se centra na juventude, por se encontrar mais esquecida, dando como exemplo o parque desportivo do Castelinho em Vila Nova de Cerveira.

Explicou que a zona envolvente, muito movimentada, poderia beneficiar da intervenção proposta e evitaria que o espaço vazio fosse ocupado por atividades que não beneficiam a comunidade.

Concluiu, solicitando que fosse dado seguimento à petição e fosse encaminhada a proposta ao Executivo.

O Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feye de Azevedo, informou que foram solicitados elementos ao Executivo Municipal sobre a questão e dos quais depende o seguimento da petição, dizendo ser expectável que, a breve prazo, seja possível dar uma resposta.

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, interveio para defender que a Assembleia Municipal do Porto deve pedir desculpa aos cidadãos que endereçaram a petição em maio de 2023 e ainda não obtiveram resposta, incumprindo o prazo regimental para o efeito.

O Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feye de Azevedo, leu e submeteu à votação a Minuta da Ata que foi **aprovada, por unanimidade, e encerrou os trabalhos da Sessão,** eram 00h10.

O Presidente da Assembleia Municipal



Sebastião Feye de Azevedo

A Primeira Secretária



Isabel Menéres Campos

Anexo I: Carta enviada pelo Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, ao Diretor da Direção Executiva do Sistema Nacional de Saúde, Fernando Araújo.

Porto.

Exmo Senhor
Diretor da Direção Executiva Serviço
Nacional de Saúde
Professor Doutor Fernando Araújo

Data
16/06/2023

Nossa Referência
NUD/372280/2023/CMP

Vossa Referência
Nº Direção Executiva – SNS nº
115/2023

Excelentíssimo Senhor,

Na sequência do ofício remetido por V. Exa., com a Ref. Direção Executiva – SNS nº 115/2023, através do qual é comunicada ao Município do Porto a criação de um grupo de trabalho com a missão de elaborar o plano de negócios da futura "Unidade Local de Saúde S. João, E. P. E.", cumpre-nos expressar as seguintes considerações sobre o transmitido:

A "Unidade Local de Saúde de São João, E.P.E." que se pretende criar irá ser constituída pelo Centro Hospitalar Universitário de S. João, E. P.E., pelo ACeS Porto Oriental e pelo ACeS Maia/Valongo.

Não obstante ser reconhecido que a, "*participação das autarquias neste processo é fundamental*", afirmação com a qual se concorda inteiramente, não podemos deixar de estranhar que até à presente data o Município do Porto não tenha sido ouvido ou envolvido no processo de criação e constituição do grupo de trabalho.

Com efeito, considera-se que as autarquias que se encontram na área de abrangência da referida Unidade, deveriam ter sido ouvidas em momento prévio à criação de um grupo de trabalho, o qual tem por missão elaborar o plano de negócios da futura Unidade Local de Saúde (ULS), incluindo a análise dos impactos clínicos e financeiros desta nova forma de organização.

Não tendo tal acontecido, entende-se que, como ponto de partida, deverão os Municípios serem integrados no grupo de trabalho, na qualidade de participantes e não apenas de consultores, o que se nos afigura desajustado ao desejo de que o trabalho produzido responda aos anseios das suas populações.

Porto.

O exposto põe em causa uma das missões atribuídas ao grupo de trabalho e, na nossa opinião uma das mais importantes, e que se traduz na "descrição da área de influência direta e indireta" da ULS, porquanto, são inquestionavelmente as autarquias as entidades que melhor conhecem os seus territórios.

Num momento em que tanto se fala em descentralizar, estando em cima da mesa a descentralização de competências na área da saúde parece-nos ser este um sinal em sentido contrário.

Acresce que, a gestão única de unidades de saúde que atendem a concelhos diferentes será sempre de elevada complexidade, desde logo, porque cada concelho tem as suas próprias necessidades e prioridades em termos de prestação de cuidados de saúde primários. Assim, a coordenação das equipas, a gestão de recursos, a implementação de políticas e a garantia de eficiência operacional em vários territórios será um desafio administrativo significativo, com riscos acrescidos de perda de eficiência. As diferentes prioridades e abordagens dos diferentes concelhos são de difícil conciliação, pondo em causa a harmonização e a efetividade da administração das unidades de saúde assim criadas.

Entendemos que a inclusão na nova ULS de ACeS de concelhos distintos poderá colocar em causa o atendimento adequado às necessidades específicas de cada população, sendo certo que uns concelhos exigem mais recursos ou serviços especializados do que outros, podendo redundar em desequilíbrios na distribuição dos recursos de saúde.

Não se desconhece que existem ULS que englobam concelho distintos, no entanto esses casos conhecidos assentam em modelos de circunscrição territorial, concelho ou distrito, abarcando-os na totalidade, não os fragmentando. O sucesso de um modelo territorial como o ora proposto é desconhecido e afigura-se de difícil execução.

Acresce que, o Centro Hospitalar Universitário de São João E.P.E, que passará a ser integrante da nova ULS é um hospital altamente diferenciado, de fim de linha, dos maiores centros hospitalares do País, com uma forte componente de ensino universitário e de investigação, com níveis de solicitação e utilização ao nível da Região Norte, o que poderá constituir, não só um enorme risco para a operacionalização e funcionalidade da futura ULS, mas também para o serviço prestado a toda a região.

Atualmente a articulação entre o Município do Porto e os prestadores de cuidados de saúde na cidade, onde se incluem os dois ACeS – Porto Ocidental e Porto Oriental, e os dois Centros Hospitalares Universitários – São João e Santo António, tem por base uma relação sólida de proximidade e colaboração, que tem vindo a ser consolidada e robustecida e que se teme que possa ser posta em causa com o modelo ora preconizado.

Por mais virtuoso e funcional que possa ser o modelo subjacente à criação das ULS, o projeto aqui em causa, ao prever a integração de um dos Centros Hospitalares e de um dos ACeS existentes na cidade, bem como de um ACeS que responde a dois concelhos, Maia e Valongo, constituiu um risco elevado de frustrar o principal objetivo que presidiu à sua criação e que é o de promover a integração, com maior proximidade das instituições às populações numa mesma área geográfica.

Porto.

Por todo o referido não podemos deixar de manifestar a nossa profunda apreensão com o risco muito elevado de fragmentação territorial no que à prestação de cuidados de saúde diz respeito, com eventuais prejuízos e afastamento das populações, contrariando a universalidade e equidade que se pretende maximizar com a implementação das ULS, em sentido radicalmente oposto ao pretendido com a descentralização de competências nos Municípios, confirmando os nossos justificados receios e reservas na sua aceitação.

Certos do melhor acolhimento das nossas preocupações, com os melhores cumprimentos,

Porto, Paços do Concelho, 16 de junho de 2023.



Rui Moreira

Presidente da Câmara

C/conhecimento ao Senhor Ministro da Saúde

Anexo II: Resposta enviada pelo Ministro da Saúde, Manuel Pizarro, ao Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira.



MS | S 1772/2023 | 20-06-2023 | P 040.05.12 - 463/2023

1
NUS/342811/2023/EMP
22-06-2023

c.c.: DE SNS

Exmo. Senhor
Dr. Rui Moreira
Presidente da Câmara Municipal do Porto
Praça Gen. Humberto Delgado
4049-001 Porto

Exmo. Sr. Presidente a meu caro amigo,

Acuso a receção da cópia da carta que remeteu ao Diretor Executivo do Serviço Nacional de Saúde (SNS), Professor Doutor Fernando Araújo, que li com toda a atenção e que agradeço.

O processo de generalização das Unidades Locais de Saúde visa também aproximar o SNS das autarquias, potenciando a experiência adquirida durante a pandemia por COVID-19. É isso que pretendemos que aconteça também na cidade do Porto.

Estou certo de que a Direção Executiva do SNS procurará aprofundar o diálogo com o Município a que V. Exa. preside para assegurar que é isso que ocorre, em todas as fases do processo.

Não posso deixar de fazer notar que, em qualquer caso, nada limitará ou dificultará o relacionamento institucional, já hoje muito qualificado, que existe entre a Câmara Municipal do Porto e as diferentes unidades de saúde. A título meramente exemplificativo faço notar que se espera até que essa relação se estabeleça de modo mais simplificado. Peço, por isso, a sua atenção para o quadro abaixo:

Situação atual	Situação futura
ARS Norte	
CHU Santo António (já com Hospital de Magalhães Lemos integrado)	ULS Santo António
ACES Porto Ocidental	
CHU S. João	ULS S. João
ACES Porto Oriental	
IPO Porto	IPO Porto

Quer isto dizer que, no presente, o Município estabelece conexão com seis entidades diferentes que, entre si, correspondem a diferentes níveis de relação de subordinação hierárquica. Com o novo modelo, a relação será estabelecida com apenas três instituições, com uma única relação de subordinação hierárquica, à Direção Executiva do SNS.

A vantagem operativa parece evidente e, na análise que fazemos, supera largamente qualquer risco de fragmentação da intervenção territorial. Em todo o caso, a este nível, esse risco já existiria, uma vez que a cidade estava dividida em dois ACES.

Na elaboração do Plano de Negócios da futura ULS será tida em conta, com especial cuidado, a articulação com o(s) Plano(s) Municipal(is) de saúde pré-existent(s), que serão atentamente valorizados.

Acresce que o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal do Porto nesta matéria, muito dele de natureza pioneira, constitui uma garantia adicional de coerência. Destaco a esse respeito a Carta Municipal dos Equipamentos de Cuidados de Saúde Primários, aprovada em 2017, e o Plano Municipal de Saúde, aprovado já em 2023, quaisquer destes antecipando as disposições sobre descentralização que tão laboriosamente procuro implementar.

Esperando que este meu ofício seja útil, fico ao dispor para o trabalho conjunto que se revele necessário e aproveito para enviar os meus melhores cumprimentos
~ pessoais

O Ministro da Saúde


Manuel Pizarro